

dossiê

Habitação e Cidade

10 anos do curso
de Pós-graduação
lato sensu da
Escola da Cidade

Luis Octavio de Faria e Silva
Maria Teresa Fedeli
Ruben Otero
Victor Minghini

Com a turma de 2018, completamos dez edições do curso de pós-graduação *lato sensu* "Habitação e Cidade" e, tendo sido este o primeiro curso a inaugurar o programa de pós graduação da Escola da Cidade — articulado a partir da temática geral "Civilização América: um olhar através da arquitetura" —, concluindo uma década desta empreitada que procura manter um espaço de reflexão e proposição acadêmica para aqueles que, já formados, pretendem aprofundar-se na questão da produção do habitat humano e avançar em sua capacitação para lidar com os desafios de nossa condição contemporânea.

Iniciado a partir de uma parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo em 2009 que, no âmbito de sua Secretaria de Habitação, através dessa iniciativa investiu na formação continuada de seu quadro técnico, o curso "Habitação e Cidade" sempre contou, como alunos, com profissionais do poder público, em parcerias oficiais ou a partir de iniciativas pessoais daqueles que compreendem o quão fundamental é manter-se em um espaço de investigação para promover renovação e debate quanto às ideias praticadas. Assim, profissionais do serviço público de vários municípios, sobretudo da Grande São Paulo, mas também de instituições e organizações não governamentais relacionadas à questão da moradia e interessados em se aproximar dessa discussão sobre habitação, entendida em toda sua abrangência, têm sido os alunos dessas dez edições, que hoje comemoramos — parceiros na busca por caminhos para avançar na construção de novos pactos que visem a provisão de habitação de interesse social e que se apoiem em saberes articulados às formações de arquitetos, advogados, engenheiros, cientistas sociais, artistas, administradores, assistentes sociais, economistas e profissionais da saúde, entre tantos outros.

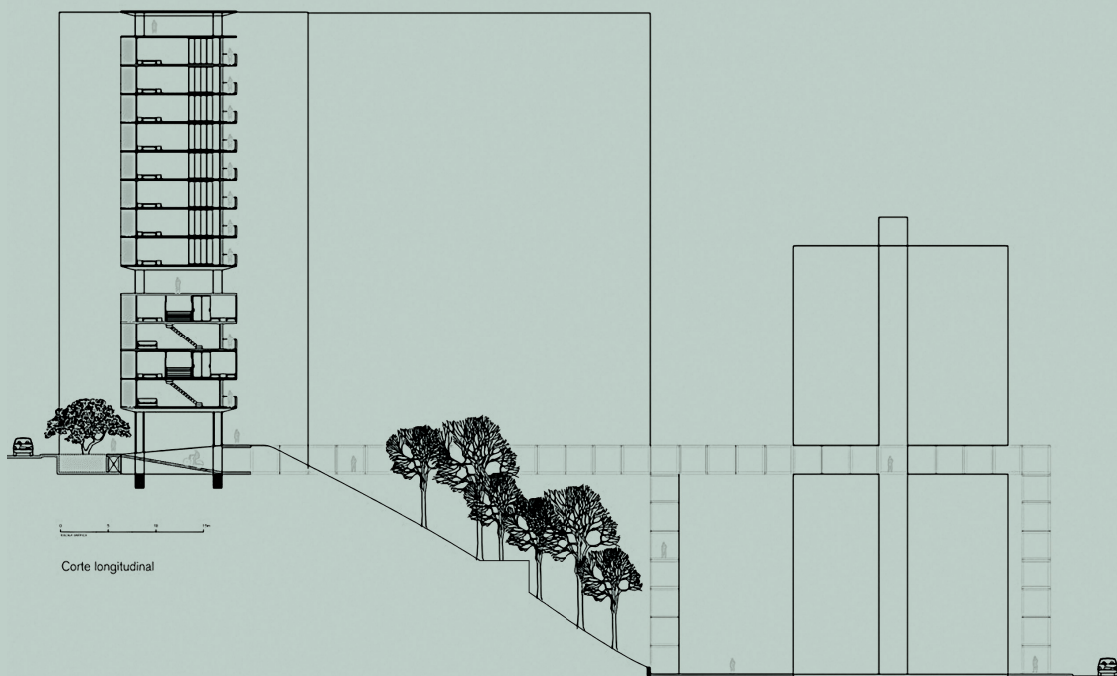
Dez anos passados de sua primeira edição, é possível perceber ajustes de rota no curso "Habitação e Cidade", ainda que seu objetivo essencial se mantenha: oferecer insumos para que reflexão e investigação propositiva quanto à produção do habitat humano sejam fomentadas, entendendo habitação e cidade como faces da mesma moeda — nesse sentido, não há habitação sem cidade, sendo a cidade, em última análise, uma escala da habitação. Assim, além de observar de forma analítica o legado que temos como soluções quanto à produção de habitação — em especial desde os primeiros intentos visualizados pelos utopistas do século XIX diante do desequilíbrio resultante da Revolução Industrial (RYKWERT, 2004) até a produção massiva durante o século passado, sobretudo aquela promovida pelo poder público — outros temas e reflexões vieram a tona ao longo desse período, quer seja

pela posição sempre assumida de pensar a habitação não de maneira restrita, mas de maneira ampla, entendida como habitat e necessariamente articulada a questões que dizem respeito a processos de urbanização, infraestruturas e oferecimento da diversa gama de equipamentos que englobam (ou deveriam sempre englobar) o habitar em nossas cidades; quer seja por novas prerrogativas surgidas através dos diversos interlocutores do curso.

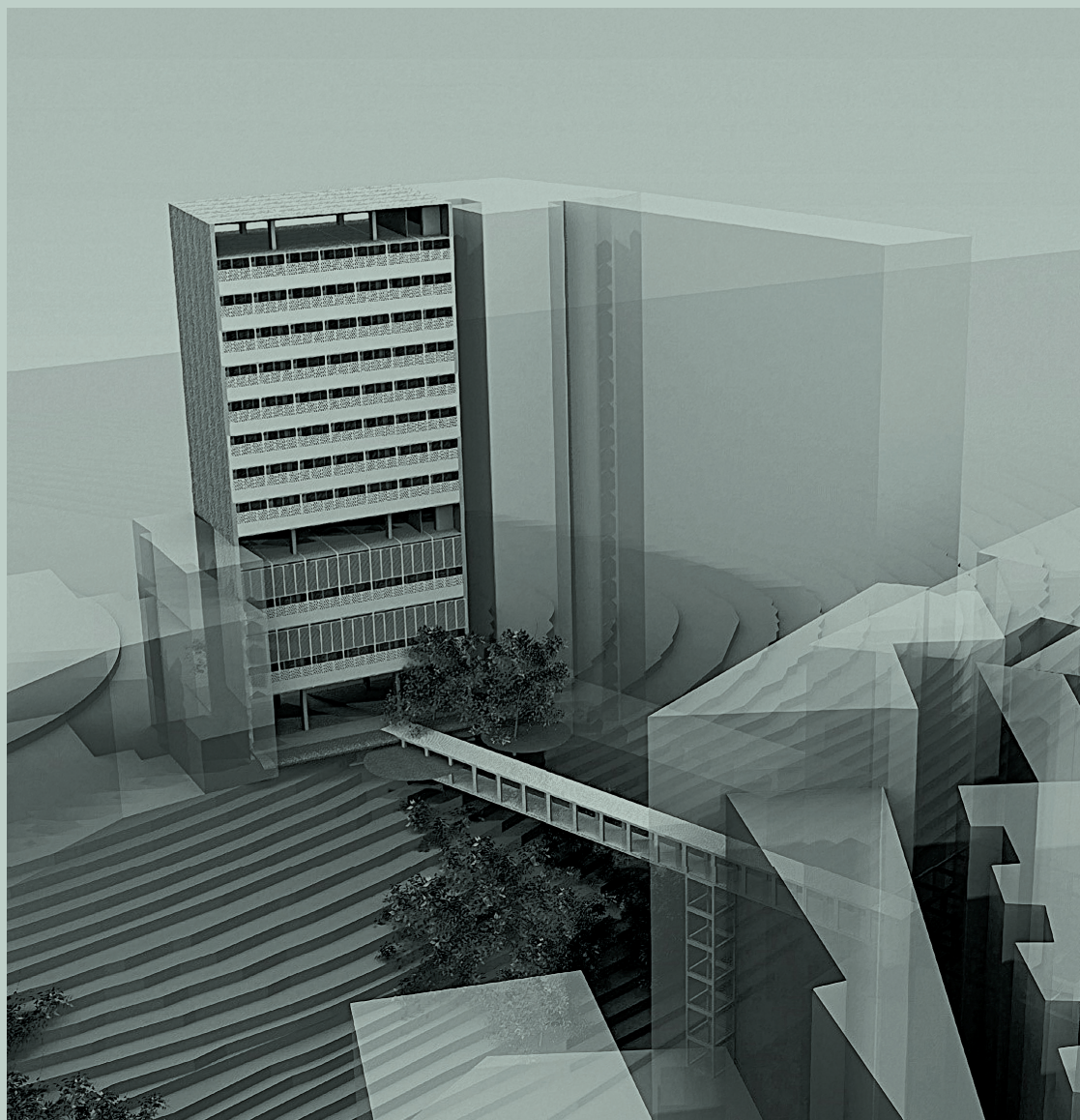
A partir de demandas dos movimentos sociais, parceiros também do curso "Habitação e Cidade", surgiu a "Plataforma de pesquisa e ação Habita-Cidade", que opera junto à Associação Escola da Cidade e que tem como objetivo fomentar e apoiar iniciativas no sentido de uma condição sustentável para nossas realidades sociais. Trata-se da busca por sustentabilidade, importante frisar, entendida em seu tripé, a saber — social, econômico e ecológico/ ambiental (CAMPBELL, 1996). Manejo ecológico da paisagem, produção apropriada do habitat humano, economia solidária, identificação e estímulo de relações comunitárias e locais são, assim, prerrogativas da "Plataforma Habita-Cidade", que sendo braço do curso de pós-graduação, reflete e realimenta o debate ali compreendido. Assim, cursos livres e viagens complementares à estrutura do curso e das atividades da plataforma têm sido ensaiados — curso de regularização fundiária; viagens para se ver de perto experiências emblemáticas como a produção das cooperativas habitacionais em Montevideu e ações em bairros populares no Rio de Janeiro; ou seminários e oficinas de projeto durante os períodos de recesso como o "Modos de Morar — Arquiteturas Anfíbias", que se debruçou em sua primeira edição como objeto de reflexão propositiva na ocupação com palafitas da Vila Gilda (Santos, SP) e na segunda edição dedicou-se à ocupação junto ao estuário do rio Amazonas.

Em todas essas atividades as reflexões do curso "Habitação e Cidade" reverberam sempre na busca por uma maneira específica e articulada de lidar com nossos conjuntos construídos em suas escalas referentes e, portanto, alinhando-nos com Milton Santos, geógrafo que está na base de nossas ponderações e que defende que, para além de classificações e taxonomias, os lugares são "o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares." (SANTOS, 2015, p.112). Lugares esses que observamos e para os quais nos aventuramos a propor rumos, sem perder de vista que também "os lugares [...] redefinem as técnicas. Cada objeto ou ação que se instala, se insere num tecido preexistente e seu

dossiê



Perspectiva aérea e corte de projeto em área central, bairro do Glicério, São Paulo (2010).
Alunos autores: Cassio Daher, Karlos Rupf, Lucia Cabral, Marcelo Patarro e Rodrigo David.



valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença [...] modifica os valores preexistentes" (SANTOS, 2002, p.59).

É, portanto, tal perspectiva — como pressuposto para a reflexão e estratégia para a ação — que nos permite deslocamentos no território, para tomar como objeto de estudo e projeção lugares mais além de nossos espaços conhecidos e visitados. Na condição contemporânea, num planeta fortemente antropizado, podemos pensar no habitat humano como sendo especialmente as regiões urbanizadas, com grande parte da humanidade vivendo em metrópoles, na sua maioria com muitas precariedades (DAVIS, 2016). O gargalo representado pelos bairros populares com vulnerabilidades e precariedades quanto ao composto acima mencionado (moradia-equipamentos-infraestrutura) tem sido uma questão central do curso e, além de situações que temos em São Paulo, metrópole sobre a qual seguimos nos debruçando, a observação comparada quanto a realidades urbanas outras — como das capitais colombianas ou peruanas — levou a que adotássemos também como objeto de análise e projeto cidades de diversas regiões brasileiras e de países latino-americanos. A ideia segue no sentido de consolidar a Escola da Cidade também como um posto avançado dessas outras realidades urbanas, trazendo profissionais com elas comprometidos. Aprende-se com essas aproximações, trocam-se experiências e olhares, com o objetivo de enriquecer e diversificar as formas de abordagem e compreensão (e não de destacar soluções universalizantes). Ganham ambas as partes — assim acreditamos.

A atual dinâmica de transformações nessas áreas urbanizadas e metrópoles produz paradoxalmente inchaços e esvaziamentos, dispersão e concentração de pessoas, desarticulação, deslocamentos e enraizamentos, adoção de perspectivas hegemônicas e resistências, que podem ser lidas como verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 2015). Manifestações da totalidade, tecidos que refletem preexistências, os lugares teriam dosagens de ações e movimentos de inserção em dinâmicas globalizantes, de um lado, e ancorados no território, de outro. Aos primeiros Santos se refere como verticalidades e, aos segundos, como horizontalidades:

As verticalidades são [...] portadoras de uma ordem implacável, cuja convocação incessante a segui-la representa um convite ao estranhamento. Assim, quanto mais "modernizados" e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados. As horizontalidades [...] são contra racionalidades, isto é,

Aprende-se
com essas
aproximações,
trocam-se
experiências e
olhares, com
o objetivo de
enriquecer e
diversificar
as formas de
abordagem

formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantém nesse território, a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades. A presença dessas verticalidades produz tendências à fragmentação, com a constituição de alvéolos representativos de formas específicas de ser horizontal a partir das respectivas particularidades. (SANTOS, 2015, p.108, et seq.).

Cabe assim explorar algumas questões fundamentais que articularam ao longo desses anos estratégias de abordagem e que permitiram entender os diversos lugares objeto de estudo a partir tanto de suas particularidades quanto daquilo que os aproxima: as relações entre centro e periferia como compreensões possíveis para a criação, requalificação e consolidação de tecidos urbanos; prerrogativas que possam pautar intervenções em áreas vulneráveis (ou de risco eminente); e experiências que possam indicar outras relações possíveis com as águas em estruturas urbanas de diversas escalas. Abordar ou articular tais questões não tem o intuito de trazer respostas, metodologias ou soluções unívocas, e sim colocar questões prementes que procuramos nos colocar a todo momento nas atividades desenvolvidas pelo curso "Habitação e Cidade" e seus desdobramentos.

Centro e Periferia: criação, requalificação e consolidação de tecidos urbanos

Se tomarmos como eixo condutor as reflexões de Milton Santos acima citadas, um centro de uma aglomeração urbana pode ser visto como periferia no que diz respeito às horizontalidades, e essa condição central de nossas cidades vista como desagregadora? Seriam, assim, centros ou vórtices? Em relação à ligação com o território

representada pelas horizontalidades, o chamado centro, alienado nas palavras de Milton Santos, poderia, assim, ser lido como periférico?

Na cidade "luminosa", moderna, hoje, a "naturalidade" do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas "opacas". Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. (SANTOS, 2012, p.326).

A revisão de definições como as de centro e periferia traz novas chaves para observar os espaços em que vivemos, recolocando a compreensão do que entendemos como borda e como condição central, referidas a centros tradicionais, centralidades modernas ou nós de rizomas contemporâneos que se justapõem e/ou se sucedem.

Estamos na época da simultaneidade, estamos na época da justaposição, na época do próximo e do distante, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo é experimentado [...] menos como uma grande vida que se desenvolveria através do tempo, do que como uma rede que liga pontos e entrecruza seu emaranhado. [...] o espaço em que vivemos, pelo qual somos lançados para fora de nós mesmos, no qual se desenrola precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo e de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos erode é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. [...] nós vivemos no interior de um conjunto de relações que definem alocações irredutíveis umas às outras, e absolutamente não passíveis de sobreposição. (FOULCAULT, 2013, p.113, et seq.).

Motor da inserção de verticalidades, "o processo de globalização, em sua fase atual, revela uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma tecnologia cegamente utilizada. Mas a realidade dos territórios e as contingências do 'meio associado' asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização" (SANTOS, 2002, p.45). Nesse sentido, ao convocar o que representa "a centralidade da periferia", Milton Santos diz acreditar que "uma globalização constituída de baixo para cima, em que a busca de classificação entre potências deixe de ser uma meta, poderá permitir que preocupações de ordem social, cultural e

moral possam prevalecer" (SANTOS, 2015, p.154). Como as "situações como a que agora defrontamos parecem definitivas, mas não são verdades eternas, [...] é lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade." (SANTOS, 2015, p.160-1). Abrem-se assim espaços para a construção de outras visões pactuadas, nos termos de Michel Foucault, heterotopias. Segundo este autor, os espaços

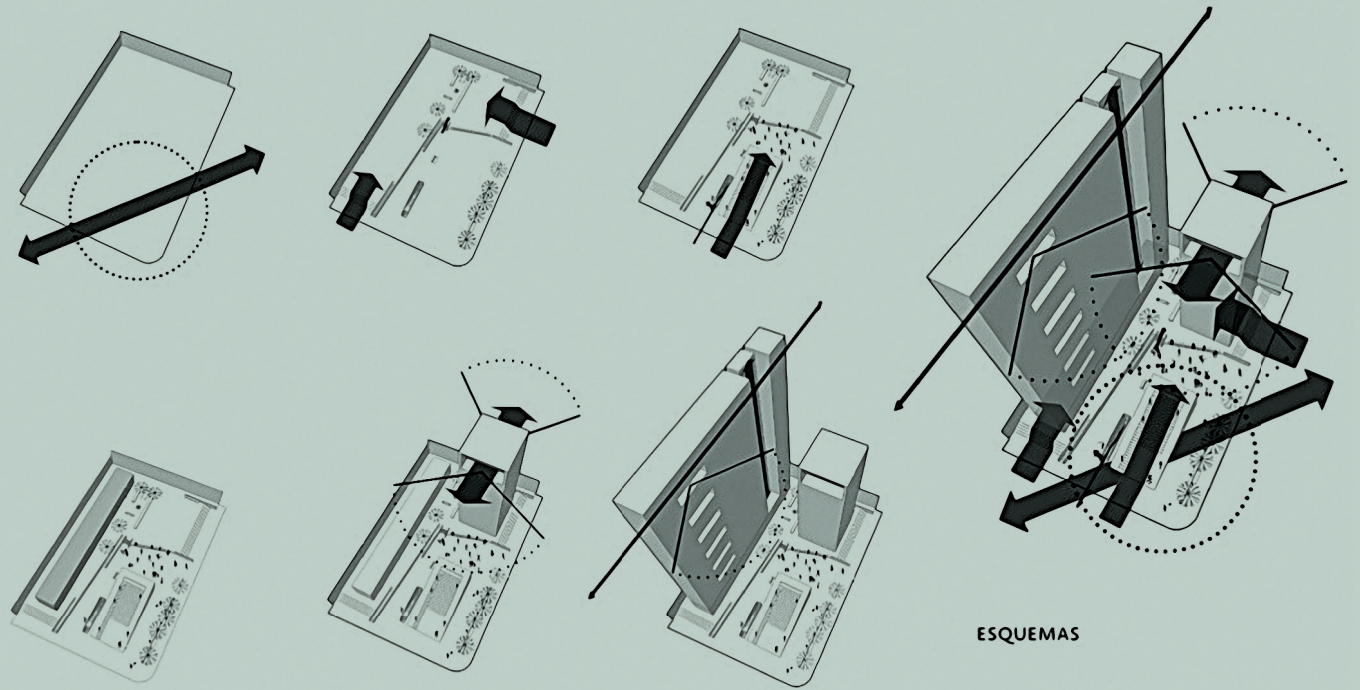
[...] que, de alguma forma, estão ligados a todos os outros, [...] são de dois grandes tipos.

Primeiramente, há as utopias. Essas são as alocações sem lugar real. São as alocações que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou invertida. É a própria sociedade aperfeiçoada, ou é o inverso da sociedade; mas, de toda forma, essas utopias são espaços fundamentalmente, essencialmente, irreais.

Há igualmente — e isso provavelmente em toda cultura, em toda civilização — lugares reais, lugares efetivos, lugares que são desenhados na própria instituição da sociedade e que são espécies de contra-alocações, espécies de utopias efetivamente realizadas, nas quais as alocações reais, todas as outras alocações reais que podem ser encontradas no interior da cultura, são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas; espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis. Por serem absolutamente outros quanto a todas as alocações que eles refletem e sobre as quais falam, denominarei tais lugares, por oposição às utopias, de heterotopias. (FOULCAULT, 2013, p.115-6).

Utopias concretizadas ou conceitos espacializados podem assim ser vistos como objetivos do projeto, que dialoga com a condição contemporânea, com o urbano essencialmente contraditório, seus espaços diversos antropologicamente e linguagens próprias divididas por muralhas virtuais.

Nas *visions* e nos projetos mais avançados, estamos começando a ver os sintomas e as potencialidades dessa transformação [do urbano, reflexo de crise sistêmica]. Isso implica que se volte a refletir sobre a estrutura espacial da cidade; que se reconheça o papel de infraestruturas capilares e isotrópicas, de modo a conferir à cidade e ao território uma maior e mais difusa porosidade, permeabilidade e acessibilidade; que



Diagramas e corte de projeto em área entendida como "oco", no bairro da Barra Funda, São Paulo (2013). Alunos autores: Caio Marçon, Dhiego Torrano e Roberto Alves.



se desenhem espaços públicos ambiciosos, levando em conta a qualidade das cidades que nos precederam; que se volte a raciocinar na dimensão do coletivo. O status científico do planejamento urbano será transformado, assim como a cidade. Novas alianças devem ser construídas dentro da cidade e entre as várias disciplinas. Os planejadores, mas também os economistas e os sociólogos, terão que voltar a discutir com os geógrafos, os botânicos, os engenheiros hidráulicos; eles terão que mergulhar muito mais do que fizemos no passado recente em imaginários individuais e coletivos. (SECCHI, 2013, p.78, tradução nossa).

O projeto não deve perder de vista que “distinção e exclusão são aspectos inseparáveis na construção da cidade moderna” (SECCHI, 2013, p.42, tradução nossa), mas que a utopia de solidariedade poderá ser a base de heterotopias em gestação. Decerto que “por trás de todo edifício ideológico, edifícios mais antigos estão perfilados” (LÉVI-STRAUSS, 1983, p.147, tradução nossa) e conquistas serão sempre graduais, num tempo que não corresponde à vida individual. A utopia latente, porém, alimenta o projeto e promoverá a reconstrução do espaço.

O surgimento, hoje, de uma questão urbana específica articulada em torno de temas que dificilmente podem ser separados, como as desigualdades sociais, a mudança climática e o direito à acessibilidade, mostram algo importante, isto é, [...] que o espaço, grande produto social construído e modelado ao longo do tempo, não é infinitamente maleável, não está infinitamente disponível para mudanças na economia, nas instituições e na política. Não só porque existe a resistência da inércia, mas também porque, em certa medida, constrói a trajetória pela qual essas mesmas mudanças podem ocorrer. (SECCHI, 2013, p.13, tradução nossa).

Arqueologia de possibilidades, visões transformadoras têm sido convocadas quanto à produção e revisão do habitat humano ao longo dessa década do curso Habitação e Cidade, em várias chaves, como a que habitualmente se tem referido como “requalificação de áreas centrais”. Os bairros ditos centrais em São Paulo foram observados e percebe-se que, em função de burocracias quanto à perspectiva de *retrofit* de edifícios, mas sobretudo como decorrência de uma cidade cindida, em que a classe média busca morar distante dos bairros populares — contrariando uma condição urbana tradicional em que a proximidade e trocas intensas são prerrogativas —

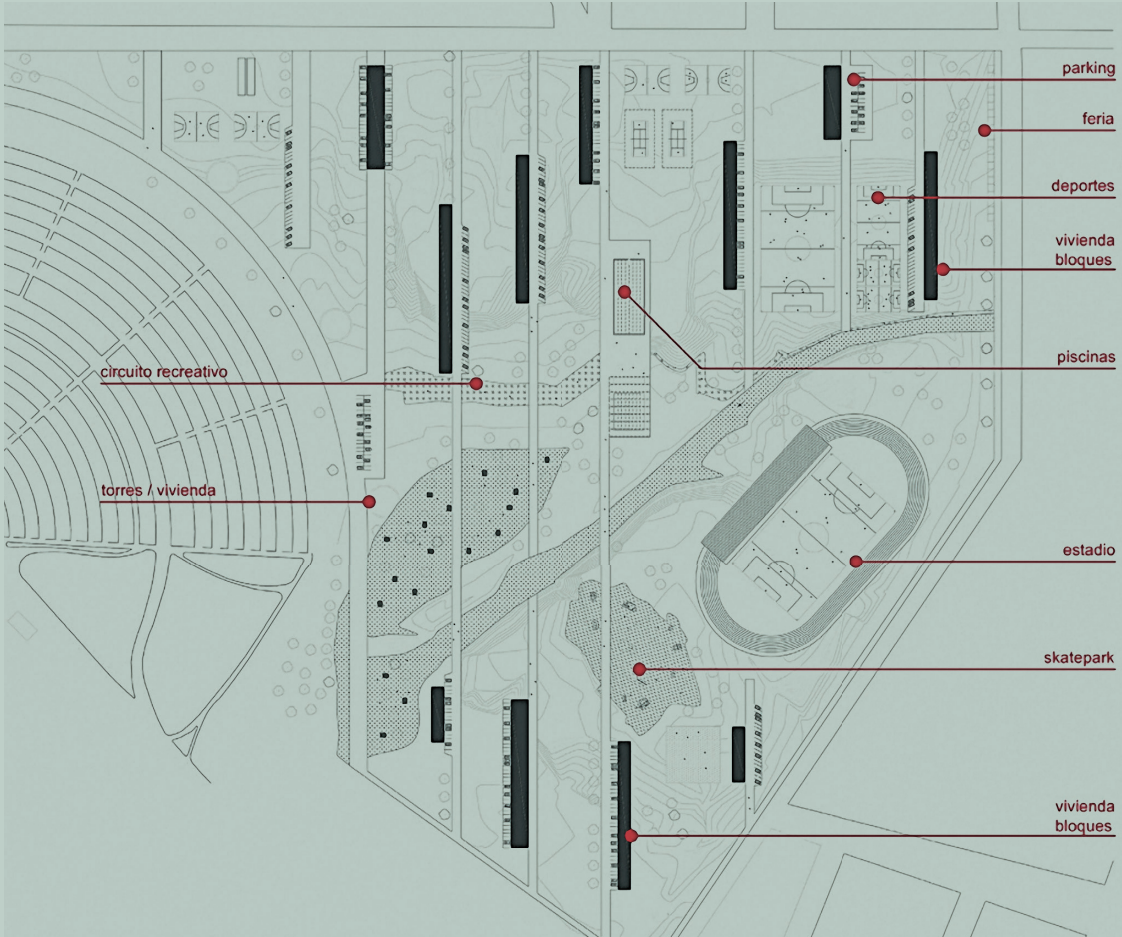
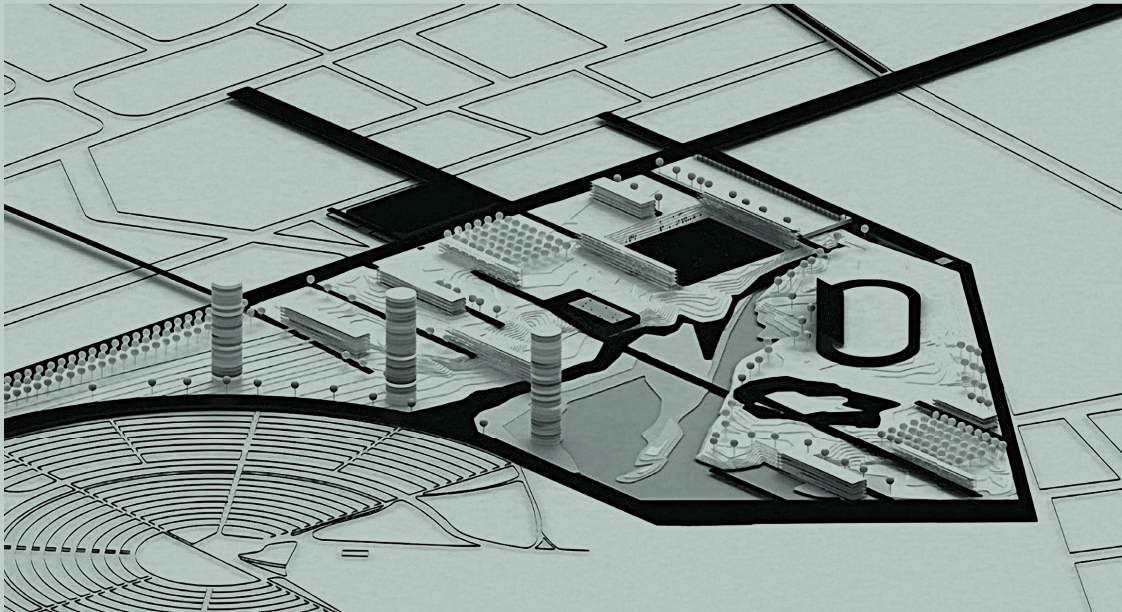
O projeto não deve perder de vista que “distinção e exclusão são aspectos inseparáveis na construção da cidade moderna”

há dificuldades quanto à recomposição daquelas áreas em disputa. Áreas essas, atendidas por equipamentos e infraestrutura, mas onde não têm sido sempre fácil a implantação de lógicas de coabitação entre grupos de rendas diversas, princípio de algumas PPP's, da pouco convocada Cota de Solidariedade e de Operações Urbanas Consorciadas (OUC) recentes, onde se prevê a inserção de habitação de interesse social viabilizada por fundos articulados a partir de mecanismos de transferência de recursos do mercado imobiliário.

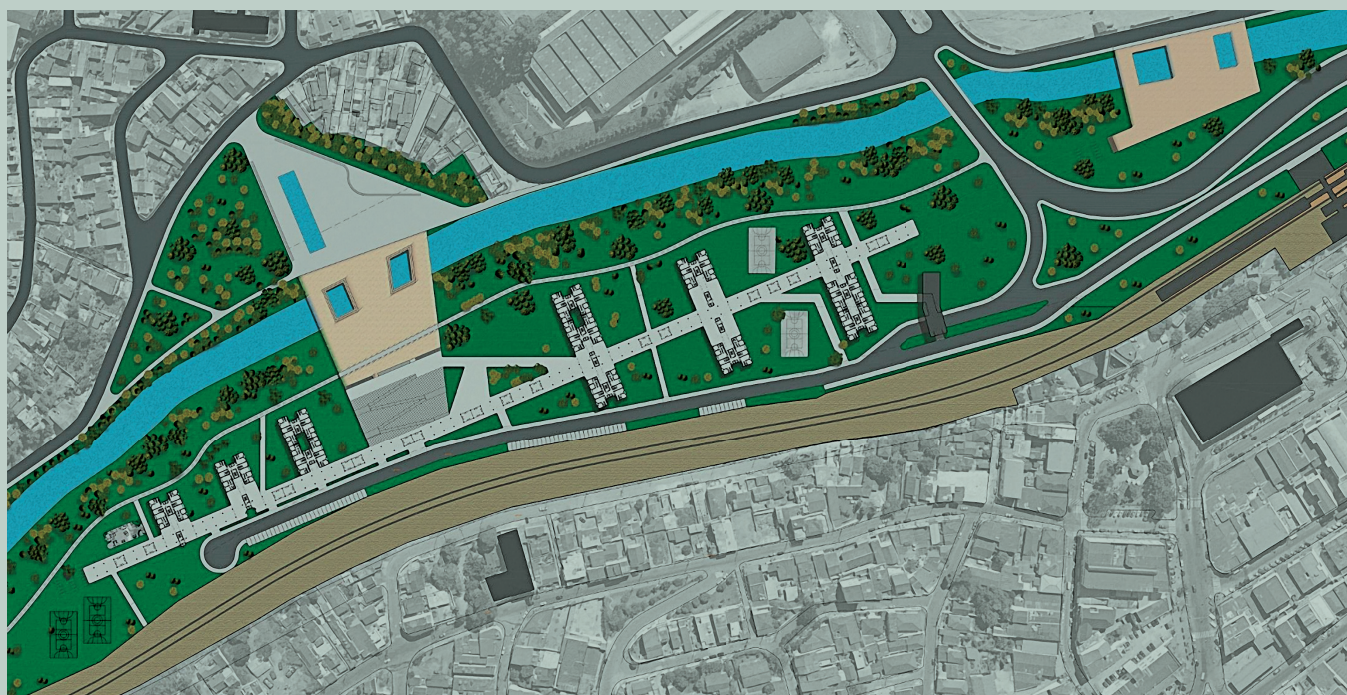
Na dita cidade formal sobre a qual nos debruçamos ao se pensar nas chamadas áreas centrais, o desenho dos espaços públicos e a relação entre estes e os espaços domésticos reflete, de forma geral, pouca disposição para o convívio e o compartilhamento. Como entender essa condição das cidades contemporâneas, das brasileiras em especial? Refletindo sobre a condição urbana contemporânea, o urbanista Bernardo Secchi escreve que:

O medo desenvolve a intolerância, rompe a solidariedade e desagrega a sociedade, substitui a cidadania e a virtude cívica, de modo que, sem sentido, o senso comum “fica oculto pelo medo do senso comum”. Grande parte da heterogeneidade e da fragmentação espacial da cidade contemporânea tem suas raízes nos sucessivos movimentos de ruptura de sistemas de solidariedade e o correspondente surgimento de sistemas de intolerância, seja de caráter sanitário, religioso, étnico ou cultural, ou referente a diferentes modos de vida ou níveis de renda, hábitos de consumo ou escolhas relativas às características do espaço habitado. A intolerância nega a proximidade, separa e remove atividades,

Perspectiva aérea e implantação de projeto realizado dentro da perspectiva de consolidação de periferia desassistida, no bairro de Casavalle, Montevideu (2014).
Alunos autores: Andrés Cardoso, Enrique Castro e Federico Hendler.



dossiê



Plano urbano, corte e implantação de projeto realizado dentro da perspectiva de consolidação de periferia desassistida, em Jandira, Grande São Paulo (2017).

Alunos autores:
Aldo Garcia,
Erica Vilasboas,
Esteban Enrique,
Guilherme Cicerone,
Laryssa Kruger,
Mariana Ignácio
e Paulo Pasquali.

edifícios, espaços públicos, seus habitantes e visitantes. A configuração da cidade e do território tem mudado a cada momento, alterando aspectos fundamentais da estrutura econômica e social, mudando os sistemas de solidariedade e intolerância dentro da sociedade. Toda a história da cidade ocidental, talvez de todas as cidades, poderia ser escrita tendo como referência os sistemas de compatibilidade e incompatibilidade mútua entre pessoas, grupos sociais e atividades que a marcam, em diferentes períodos e em diferentes partes do planeta. Mesmo hoje, a questão urbana cada vez mais se revela como uma explosão de novos sistemas de intolerância. (SECCHI, 2013, p.22, tradução nossa).

Como reestabelecer a solidariedade nas relações e em que medida o (re)desenho dos espaços poderá facilitar essa condição solidária ambicionada? Vivendo em áreas com infraestrutura e equipamentos relativos ao que se entende como urbanidade, até que ponto habitantes dos bairros centrais têm vínculo efetivo com sua vizinhança? Serão no futuro próximo as áreas ditas centrais aquelas onde o perfil básico seria o de Aluguel Social, e, portanto, entendidas como lugar de mobilidade mais intensa e espécie de estágio para inserção urbana de famílias ou indivíduos jovens, que posteriormente se deslocariam para outros bairros e condições? Como interpretar a condição urbana contemporânea que se nos apresenta?

Sempre que a estrutura da economia e da sociedade muda, [...] a questão urbana volta à tona: no início da revolução industrial, passando a produção industrial do campo para a cidade, da manufatura para o sistema fabril; quando a organização da obra fordista-taylorista constrói uma sociedade de massa; no seu final e, finalmente, no início do que Baumann associa à "sociedade líquida", Beck com a "sociedade do risco" e Rifkin com a "era do acesso". Dessas "crises" a cidade saiu, no passado, sempre diferente: em sua estrutura espacial, em seu modo de funcionar, nas relações entre ricos e pobres e em sua imagem. (SECCHI, 2013, p.8, tradução nossa).

Há inclusive, nas realidades urbanas, "occos" deixados por dinâmicas econômicas superadas, como, por exemplo, nas áreas industriais esvaziadas, expressões da intensa transformação das cidades. Instrumentos como as Operações Urbanas Consorciadas (ouc), que se apoiam no vigor do mercado imobiliário, têm sido convocados no sentido da criação de "novos tecidos urbanos". Como desenhar essas novas áreas? Há que se evitar um viés sem-

pre estrangeiro que se vê na relação entre teoria e prática. Nesta situação, na presença sempre de uma suposta hierarquia de valores que busca afirmar-se a si mesma, há o risco, por assim dizer, de doutrinação e de esquecimento da dimensão contraditória da cidade. A chave seria a leitura dessa contradição, com um cuidado quanto ao que se observa: a ideia é a de se posicionar sem hierarquia prévia e descobrir a hierarquia que existe no que se observa como dimensão espacial de uma cultura em especial. "Cada cultura representa uma ocorrência única à qual devemos dedicar a atenção mais minuciosa para descrevê-la primeiro e depois tentar compreendê-la" (LÉVI-STRAUSS, 1983, p.145, tradução nossa). Nesse sentido, para identificar caminhos possíveis e desejados, há que se praticar um conhecimento sensível, muito mais central do que temos tratado.

Mesmo os trabalhos ideológicos cuja estrutura se revela muito abstrata [...], e nos quais a mente parece elaborar sem muito sofrer as restrições da infraestrutura tecno-econômica, permaneceriam rebeldes à descrição e análise se diante de consideração cuidadosa das condições ecológicas, e as diferentes maneiras pelas quais cada cultura reage ao seu ambiente natural. Somente um respeito quase servil pelas realidades mais concretas pode inspirar confiança de que a mente e o corpo não perderam irrevogavelmente sua antiga unidade. [...] As chamadas culturas primitivas [...] encorajam-nos a recusar o divórcio entre o inteligível e o sensível, [...] e descobrir uma harmonia secreta entre a busca de sentido que a humanidade tem empreendido desde que ela existe, e o mundo em que ela apareceu e onde continua a viver: um mundo de formas, cores, texturas, sabores e cheiros... Aprendemos assim a amar e respeitar melhor a natureza e as criaturas vivas que a habitam, entendendo que as plantas e os animais, por mais humildes que sejam, não só fornecem sustento para o homem, mas também foram desde o princípio fonte de suas emoções estéticas mais intensas e, na ordem intelectual e moral, de suas primeiras e já profundas especulações. (LÉVI-STRAUSS, 1983, p.165-6, tradução nossa).

Há nos lugares, assim, uma linguagem a ser respeitada, sendo o conhecimento algo a ser articulado com o que se encontra, através de conversas que apontam para como a participação popular se realiza no tempo. Devemos superar uma linguagem estabelecida quanto ao construir o urbano, que tem sido impositiva e ao fim precária. Uma forma outra deverá emergir diante de nossas condições atuais.

Associado ao que se refletiu aqui sobre áreas centrais e sobre os "occos" nos tecidos urbanos, quando se pensa na "consolidação das periferias", ao menos assim supostas, surge a questão da escala da cidade. Com o crescimento exponencial urbano, evidencia-se o desafio da compacidade que viabilizaria com mais facilidade o acesso à infraestrutura e aos equipamentos. A densidade apropriada da condição urbana promove apropriação dos espaços livres e, diante da desolação de muitas bordas de nossas cidades, é fortalecida a ideia de que muito do que se ocupou não deveria ter sido ocupado — mas devemos defender a retirada de famílias de onde vivem há algum tempo, fazendo da densidade um árbitro dessas remoções? As pessoas realmente querem viver onde vivem? Se suas redes de apoio se transferirem, elas precisarão ou terão vontade de mudar também? A cidade do porvir equivale à região urbanizada periférica que temos assistido ser ocupada ou um esforço no sentido de maior densidade fará recuar a ocupação atualmente em vias de consolidação? Qual a escala da cidade na condição que se inaugura? Entendemos que há uma nova forma urbana nascendo em que "o passado comparece como uma das condições para a realização do evento, mas o dado dinâmico na produção da nova história é o próprio presente, isto é, a conjunção seletiva de forças existentes em um dado momento" (SANTOS, 2002, p.330). Forças essas que podem ser lidas como novos dados da equação da questão urbana que se apresentam em tempos relativamente recentes, em várias partes do planeta, onde:

[...] metrópoles se desenvolveram em diferentes períodos e são diferentes umas das outras, embora sejam contemporâneas. Mas, com toda probabilidade [...], terão que enfrentar problemas semelhantes no futuro próximo que, como um todo, constituem a "nova questão urbana". As desigualdades sociais e suas formas óbvias de injustiça espacial, juntamente com as consequências das alterações climáticas e os problemas associados à concepção de mobilidade como parte dos direitos de cidadania, são dos aspectos mais relevantes. (SECCHI, 2013, p.6, tradução nossa).

Intervenções em áreas vulneráveis

Entendendo o espaço e sua ocupação urbana como contínuos, nos vemos diante de desafios quanto às áreas com riscos geológicos e ambientalmente frágeis que têm sido sistematicamente ocupadas. É também uma cons-

tante atual nos processos de regularização a necessidade de desafetar terrenos públicos ocupados, "terrenos ruins", das áreas destinadas a loteamentos regulares. Fruto de legislação que abre brechas e se vê refém de falta de espírito cívico, num emaranhado de leis que cuidam pouco da qualidade de vida, direito de todos. No entanto,

O que observamos e devemos tentar descrever são tentativas de fazer um tipo de compromisso entre, por um lado, certas orientações históricas e certas propriedades do ambiente, por outro lado, exigências mentais que, em cada época, estendem aqueles da mesma natureza que os precederam no tempo. (LÉVI-STRAUSS, 1983, p.146, tradução nossa).

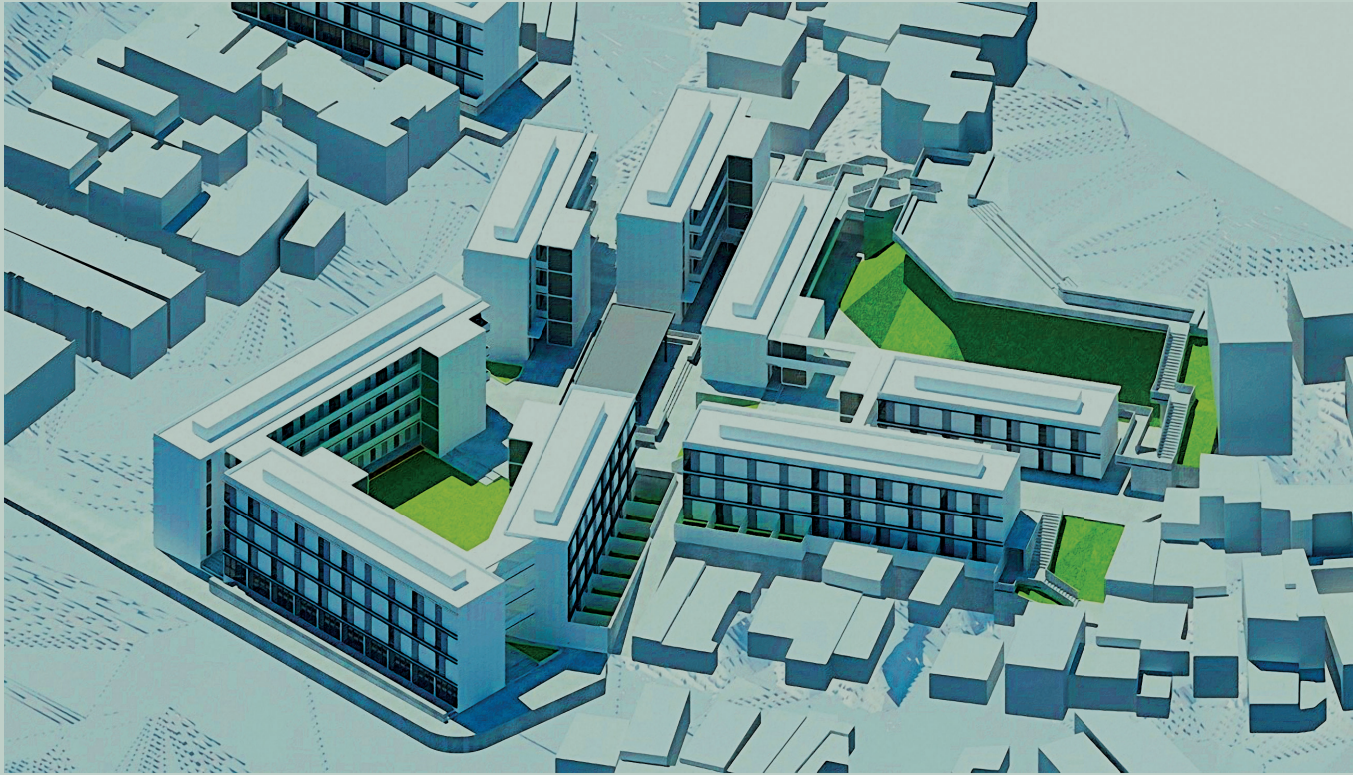
Ademais, sendo o lugar dos pobres identificado com a ligação com o território (SANTOS, 2002), cabe questionar se seria a favela mais uma solução que um problema? Muitos lutam por novos conjuntos ou bairros para reassentamento, sendo a discussão tipológica e da unidade um eixo central. A urbanização de favelas, para esse movimento, não é uma bandeira. Mas nesses bairros populares, que representam as favelas, são mais explícitos os sinais da experiência cotidiana, de uma organização social e apropriação específica, com características próprias. Ficamos, assim, entre negar essa existência ou respeitar sua energia e estrutura que indica o que a população tem a dizer sobre o sentido da vida, evidenciada pela:

[...] natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano.

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas — tornadas assim formas-conteúdo — podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço. (SANTOS, 2002, p.106).

A cidade de São Paulo tem quase um milhão dos seus habitantes morando em situações com precariedades, as favelas, e aproximadamente dois milhões em urbaniza-

Perspectiva aérea e vista externa de projeto de intervenção em áreas vulneráveis, no bairro Jardim Cumbica II em Guarulhos (2015). Alunos autores: Fausto Chino, João Vitor, Júlia Peluzzo, Oscar Chinen, Vanessa Cassettare, Bruna Chacim e Mônica Salomão.



dossiê



Implantação e vista interna de projeto de intervenção em áreas vulneráveis, no bairro Jardim Colonial em São Paulo (2012).
Alunos autores: Fernando Soler, Guilherme Dias, Josep Pons e Ricardo Stern.

ções irregulares. Desde os anos 1970 estas são as áreas do território metropolitano com maior crescimento, e assim a informalidade e a irregularidade têm deixado de ser uma exceção para constituir-se em regra. Apesar da insistência em considerar a pobreza urbana como bolsões de exceção na cidade, hoje a realidade nos mostra que o crescimento das áreas informais supera amplamente o das áreas entendidas por oposição como formais — fenômeno, cabe destacar que se repete na maioria das metrópoles da América Latina.

A favela em geral é, ainda assim, lida como um “tecido estranho” localizado na cidade. Em parte, é assim devido às suas características morfológicas particulares, mas também pela inexistência de elementos de conexão mais ou menos franca entre ela e seu entorno na perspectiva da cidade formal — desde o estranhamento, até a negação por parte dos seus vizinhos. Processos de urbanização de favelas supõe, nesse sentido, criar condições de cidadania para sua população, e passam por melhorar as qualidades espaciais dessas áreas. Criar espaços urbanos qualificados, novas construções de qualidade. Em outras palavras: ordenar, com a mesma preocupação e as mesmas exigências de qualidade que qualquer outro programa arquitetônico.

A metodologia utilizada no curso “Habitação e Cidade” apoia-se na definição de uma hipótese de cidade para uma área específica, a partir de leituras e debates sobre suas condições presentes, gerando um projeto a partir da geografia e das características locais. Trata-se de estabelecer um desenho base para o reconhecimento do território, eliminando rupturas, estabelecendo escalas apropriadas e solidárias com o contexto. A geografia condiciona invariavelmente a forma das ocupações urbanas e esse reconhecimento e leitura contribuem na reconstrução da cidadania, favorecendo a apropriação e incorporação social e do sentido de um lugar.

Por outro lado, diferente dos projetos urbanos localizados em áreas entendidas como formais, nesses espaços a ordenação não seria possível a partir de uma legislação normativa, mas percebe-se que é obtida pela presença de operações de projeto estruturadoras. As ruas que conectam a área com o resto do tecido urbano, os passeios de fundo de vale e os novos conjuntos de habitação passam a ser os elementos que darão uma nova ordem a esses setores urbanos na medida em que os integram ao tecido da cidade. Entende-se o projeto, assim, como um processo de restituição da urbanidade, através da introdução ponderada de uma nova estrutura urbana. Nesse sentido, podem ser entendidas como operações de projeto em urbaniza-

A cidade, ou outras aglomerações urbanas, têm assim, um tempo dilatado: insistem em subsistir

ção de favelas questões como: redefinição e hierarquização da malha viária; dotação de infraestrutura; remoções nas áreas de risco; permeabilização do tecido existente e projeto de novas unidades de habitação, entre outros.

Por outro lado, há a necessidade de respeito quanto às culturas locais e, diante de uma percepção generalizada em que tendemos a achar que as coisas devem acontecer no tempo de nossa percepção individual, deve-se deslocar as perspectivas de ação para uma percepção mais conectada aos processos, e atentar para o fato de que o tempo das transformações é outro: trata-se do tempo da sociedade. A cidade, ou outras aglomerações urbanas, têm assim, um tempo dilatado: insistem em subsistir (ORTEGA Y GASSET, 1988, p.22) e é a partir da observação sensível de suas dinâmicas que podemos tirar insumos para identificar rumos e possibilidades.

Outra relação com as águas

Entre as diversas equações urbana que se apresentam em áreas de urbanização informal, é frequente a ocupação com precariedades junto às águas. Mas se levarmos em conta a reflexão de que “a natureza nos ensina que a força das águas está em sua flexibilidade” (MACIEL, s.d., s.p.), fica a questão: como fazer uma ocupação urbana compatível com a preservação das águas, que seja reflexo tanto de equidade social quanto de estratégia de acesso à mobilidade? O curso “Habitação e Cidade” tem se dedicado a refletir sobre situações nas quais a água é um dos principais protagonistas e onde é possível vislumbrar outros modos de morar, outras formas de habitar junto ou sobre as águas; bem como sobre as culturas locais decorrentes, com suas formas de sobrevivência. Temos buscado observar, estudar, experiências nesse sentido, no Brasil e em outros países, com realidades e condições distintas de ocupação. Destacam-se, ao longo desses dez anos, estudos para Xochimilco, na Cidade do México; para o Encanta Moça, no Recife; para Jurunas, em Belém; Vila Gilda, em Santos (SP); e região do Marajó, no Pará — tendo sido es-

tas últimas as áreas em foco, como já mencionado, das duas edições do seminário e workshop "Arquiteturas Anfíbias" realizados em julho de 2017 e 2018.

Manifestações da Organização das Nações Unidas (ONU) alertam sobre a necessidade de enfrentamento da crise global causada pela crescente demanda por recursos hídricos para atender às necessidades agrícolas e comerciais da humanidade, bem como a crescente necessidade de saneamento básico. As causas de abastecimento inadequado de água incluem o uso ineficiente, a degradação da água pela poluição e a superexploração das reservas de águas subterrâneas. Em relatórios anuais de avaliação da ONU — cuja assembleia geral, inclusive, instituiu em 1992 o Dia Mundial da Água, 22 de março, por meio da resolução 47/193 — lembra-se que:

A água potável limpa, segura e adequada é vital para a sobrevivência de todos os organismos vivos e para o funcionamento dos ecossistemas, comunidades e economias. Mas a qualidade da água em todo o mundo é cada vez mais ameaçada à medida que as populações humanas crescem, atividades agrícolas e industriais se expandem e as mudanças climáticas ameaçam alterar o ciclo hidrológico global. (ONU ÁGUA, 2010, n.p.).

Ao se pensar assim na ocupação humana das margens das águas através da construção de casas em palafitas ou estruturas flutuantes, torna-se urgente verificar e refletir sobre a utilização das águas não por si só, mas sim, a partir de uma abordagem que perpassa políticas públicas, uma vez que há possibilidades que nos permitem estabelecer sistemas de moradias com qualidades técnicas que resguardem o meio ambiente, com a permanência das famílias em suas regiões de origem e a convivência dentro das suas redes sociais solidárias.

Quanto à água, mudamos os cursos dos rios, transformamos sua força em energia elétrica, aprendemos a navegá-la, consumimos seus frutos. A água vem servindo à humanidade como alimento, como remédio, diversão, via de transporte, e de habitação. A relação de alguns povos com a água é mais íntima que outros. O povo asiático, em geral, consome muito mais peixe que outras carnes, consomem algas, iniciaram e dominaram a navegação muito antes que os ocidentais, alguns constroem suas residências sobre as águas. O povo amazônico, pela abundância de água doce, e por ser a floresta um território inóspito, também fez da água seu melhor espaço. (SIQUEIRA, 2011, p.7).

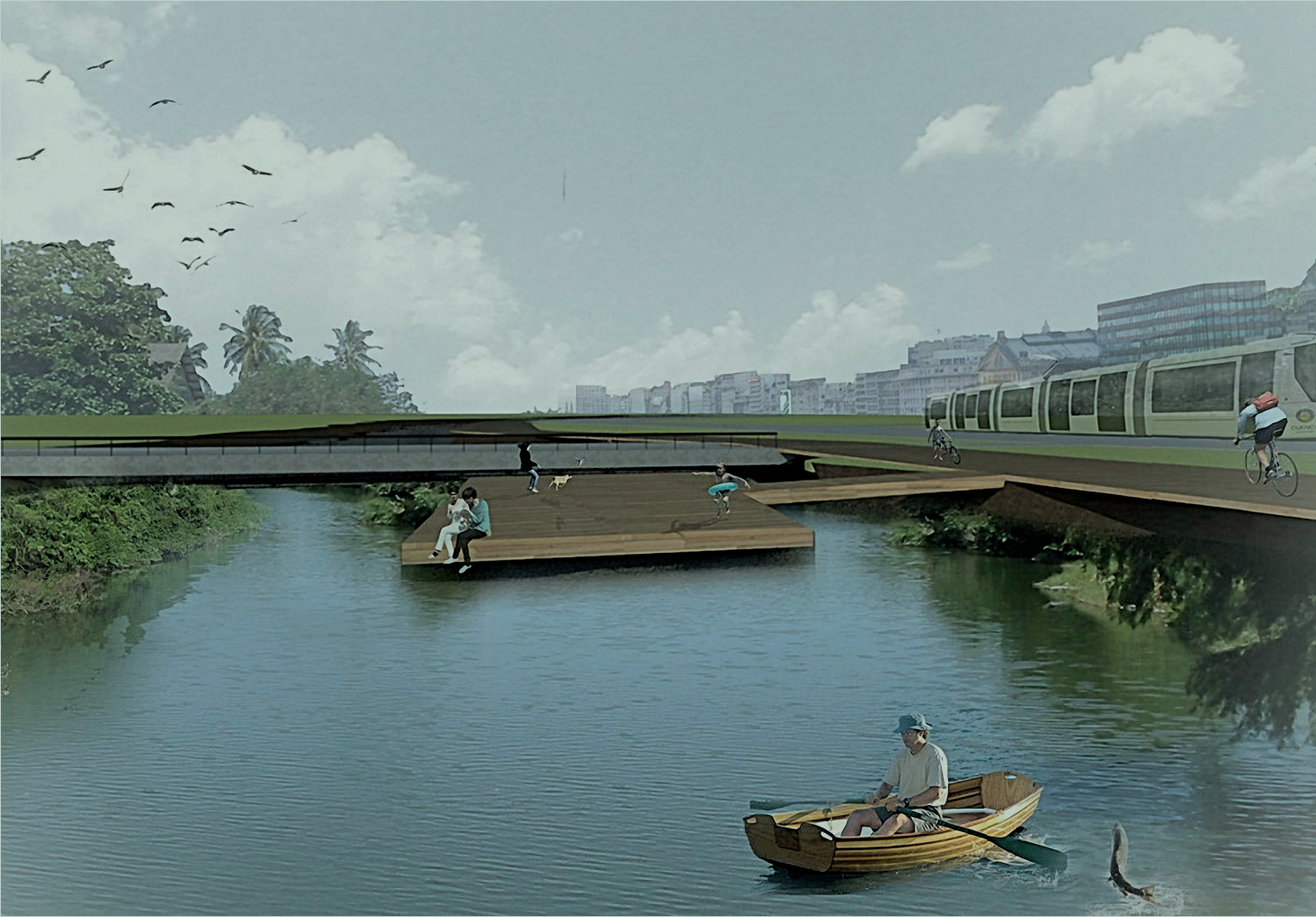
As moradias em palafitas são aquelas construídas às margens das águas, com estacas fixas, fincadas geralmente em estruturas de madeira, para receberem a base das casas, considerando a cota das cheias das áreas alagadiças, de acordo com a utilização das técnicas e dos materiais de cada região, bem como dos recursos financeiros das famílias. São construídas, em geral, nas áreas com altos índices pluviométricos. Há situações em que as famílias ribeirinhas desejam permanecer longe da cidade e preferem se estabelecer nas margens das águas dos rios, mantendo os vínculos familiares e culturais, a sobrevivência através da pesca e plantações (CAU, s/d). Verifica-se a utilização de palafitas em países da Ásia, da África e, no Brasil, são comuns tradicionalmente na Amazônia, no Pantanal, e também bairros com precariedades — como o de Alagados, em Salvador, Bahia; na Baixada Fluminense; e em Santos/ São Vicente, em São Paulo, além de várias outras cidades.

Há também a chamada arquitetura flutuante, que se refere às edificações que apresentam dispositivos que possibilitam que as casas flutuem de acordo com o nível de elevação das águas nos períodos das cheias.

No Brasil, observamos casas flutuantes nos rios amazônicos. São, na verdade, juntamente com as palafitas, a solução perfeita para o clima e o relevo da região norte. A floresta é densa, com árvores altas, o que já impõe uma barreira quase intransponível para o homem desprovido de tecnologia, como é o caso da população primordial não indígena. Em Manaus/AM, o grande número de casas flutuantes levou a população a adotar o nome de "cidade flutuante", mas foram destruídas para promover uma limpeza. (SIQUEIRA, 2011, p.11).

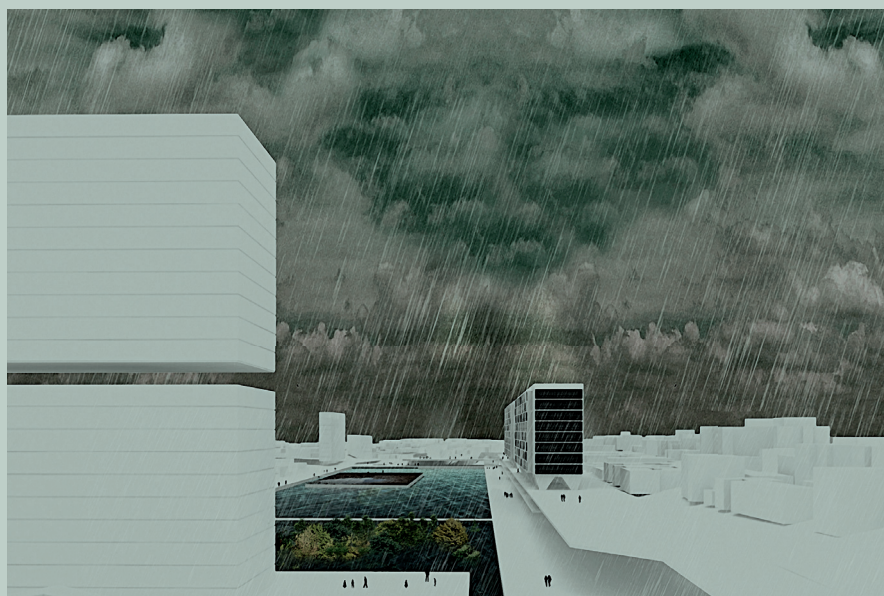
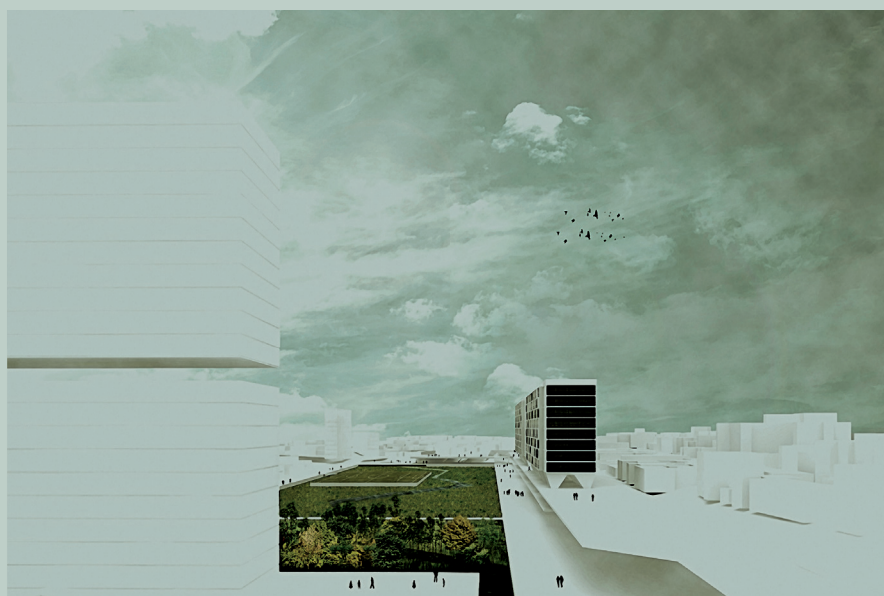
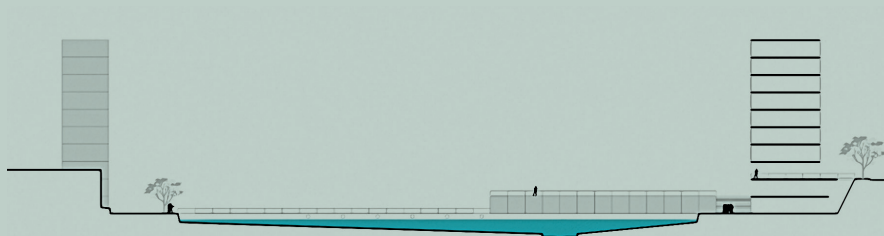
Em outros países, construções em palafitas ou flutuantes não estão intrinsicamente ligadas às questões socioeconômicas das famílias que nelas residem. Há moradias com padrões elevados e grandes investimentos nas edificações sobre as águas, garantindo qualidade ambiental dos lugares onde se instalam. No Brasil, por outro lado, as condições dessas ocupações são em geral vistas de outra forma: há comunidades ribeirinhas que apresentam, em algumas localidades, condições de maior qualidade e características regionais quanto a materiais e técnicas construtivas, porém, nem sempre vinculadas ao sistema de infraestrutura, com ausência de saneamento básico, assoreamentos das margens dos rios, depósitos inadequados de lixo, prejudicando o meio ambiente e a qualidade dos recursos naturais renováveis.

Vista externa de projeto de redesenho da ocupação urbana junto às águas em Recife (2016).
Alunos autores:
André Ferreira,
Carolina Chiodi,
Cristina Pèrez,
Julia Marini e
Michele Guillens.



E há ocupações com palafitas em áreas de bairros precários, vulneráveis às quedas das moradias por riscos geológicos e também pela ausência de materiais construtivos de qualidade ou pela falta de manutenção dessas estruturas ao longo dos períodos de cheias e secas, configurando as chamadas áreas de riscos. Consideramos essas áreas de riscos aquelas sujeitas não só à perda das construções em palafitas, mas sim, a todos os tipos de vulnerabilidade social às quais as famílias estão submetidas, em especial quanto às condições de saúde, uma vez que a contaminação das águas resultante da falta de saneamento implica na veiculação de doenças e soma-se à ausência de políticas públicas quanto à educação, mobilidade, emprego, segurança pública, instituição de espaços culturais para as populações excluídas.

As nossas ocupações em palafitas não devem, assim, ser romantizadas culturalmente, uma vez que apresentam na condição atual precariedades quanto à sobrevivência da população em alta vulnerabilidade social. Deve haver um enfrentamento por parte do poder público e também quanto à formação de profissionais que atuam com projetos urbanos, na busca por tecnologias compatíveis para que se alcance um equilíbrio com o meio ambiente. Nesse sentido, fundamental a participação da Academia na formação daqueles que deverão estar aptos a trabalhar com realidades distintas, analisando questões como custos, mas também culturais, de desenho urbano, estratégias de implantação, e por fim, as relações entre os diversos envolvidos no processo da formação das cidades — desde agentes do poder público nas suas diversas esferas, como também as organizações comunitárias locais e moradores envolvidos direta ou indiretamente nas ações e intervenções.



Corte longitudinal na cheia e vistas externas na seca e na cheia de projeto de intervenção em áreas vulneráveis no Morro do S4 em São Paulo (2013).
Alunos autores: Germán Biglia, Nathalie Artaxo e Martin Benavidez.

AUTORES

Luis Octavio de Faria e Silva possui graduação (1989), mestrado (2001) e doutorado (2008) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Atualmente é professor na Escola da Cidade e na Universidade São Judas Tadeu.

Maria Teresa Fedeli é arquiteta e urbanista (1995) pela Universidade Paulista Objetivo (UNIP), possui pós-graduação *lato sensu* no curso "Habitação e Cidade" da Escola da Cidade. Atua como assistente de coordenação no curso "Habitação e Cidade" da pós-graduação da Escola da Cidade.

Ruben Otero é arquiteto graduado (1983) pela Universidade da República do Uruguai e pela Unesp (2007), é doutor (2008) em Projetos Arquitetônicos pela Universidade Politécnicazda Catalunha. Atualmente é professor da Escola da Cidade.

Victor Minghini possui graduação (2009) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e pós-graduação *lato sensu* em "Sustentabilidade das Edificações" (2011) pela da Universidade Presbiteriana Mackenzie e nos cursos de "Habitação e Cidade" (2012) e "Geografia, Cidade e Arquitetura" da Escola da Cidade. Atua como assistente de coordenação no curso "Habitação e Cidade" da pós-graduação da Escola da Cidade.

REFERÊNCIAS

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo. **Vivendo sobre Palafitas**. Arquitetura e urbanismo para todos. Disponível em <arquiteturaurbanismotodos.org.br/vivendo-sobre-palafitas/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CAMPBELL, Scott. Green cities, growing cities, just cities? Urban Planning and the contradictions of sustainable development. *Journal of the American Planning Association*, v.62, n.3, p.296-312, 1996.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FOULCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos Avançados**, v.27, n.79, p.113-122, 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Le regard éloigné**. Paris: Librairie Plon, 1983.

MACIEL, Inacio. Entrevista. In: CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo. **Vivendo sobre Palafitas**. Arquitetura e urbanismo para todos. Disponível em <arquiteturaurbanismotodos.org.br/vivendo-sobre-palafitas/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

ONU ÁGUA (UN Water). **Declaração**. ONU: Nova York, 2010. Disponível em <www.unwater.org>. Acesso em: 12 jul. 2018.

ORTEGA Y GASSET, Jose. **Notas de andar y ver**. Madrid: Alianza Editorial AS, 1988.

RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SECCHI, Bernardo. **La città dei ricchi e la città dei poveri**. Roma; Bari: Gius. Laterza & Figli, 2013.

SIQUEIRA, Nadja Irina C. O. **Casa Vitória Régia: Habitação Popular Flutuante e Sustentável**. Monografia de conclusão de curso, Faculdade Interamericana de Porto Velho, Porto Velho, 2011.